

Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Rubi

CNPJ 01.222.069/0001-22
Núcleo Cidade de Deus, Prédio Prata, 4º Andar, Vila Yara, Osasco, SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ativos Totais de R\$ 2.217.408 mil. A Assembleia Geral deliberará quanto a parcela do lucro líquido que será retida para preservação e manutenção do capital social. A política de dividendos da Sociedade assegura o dividendo mínimo de 1% do lucro líquido aos acionistas, conforme previsto em seu estatuto social.

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. às Demonstrações Financeiras da Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Rubi ("Sociedade"), relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

Em 31 de dezembro de 2022, a Sociedade registrou Lucro Líquido do Exercício de R\$ 168.912 mil, Patrimônio Líquido de R\$ 2.154.407 mil e

BALANÇO PATRIMONIAL - Em milhares de reais				Diretoria			
Ativo	Nota	2022	2021	Passivo	Nota	2022	2021
Circulante		261.895	289.113	Circulante		61.794	21.113
Caixa e Equivalentes de Caixa.....	5	261.140	288.246	Impostos e Contribuições a Recolher	13d	59.434	20.504
Outros.....		719	719	Dividendos a Pagar.....	7c e 12a	1.605	542
Outros Créditos.....		36	148	Outras Obrigações	14	755	67
Não Circulante		1.955.513	1.715.892	Exigível a Longo Prazo		1.207	-
Realizável a Longo Prazo		1.955.513	1.715.892	Provisão para Impostos e Contribuições		1.207	-
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	6	1.955.513	1.715.423	Patrimônio Líquido		2.154.407	1.983.892
Créditos Tributários	13c	-	469	Capital Social:			
				- De Domiciliados no País	7a	1.028.459	1.028.459
				Reservas de Lucros	7b	1.123.606	956.299
				Ajuste de Avaliação Patrimonial		2.342	(866)
Total do Ativo		2.217.408	2.005.005	Total do Passivo e Patrimônio Líquido		2.217.408	2.005.005

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em milhares de reais			
	Nota	2022	2021
Receitas Operacionais		1.280	2.372
Outras Receitas Operacionais	8	1.280	2.372
Despesas Operacionais		(15.416)	(5.284)
Despesas Tributárias.....	10	(12.501)	(4.174)
Despesas Gerais e Administrativas	11	(2.915)	(1.110)
Resultado Financeiro		267.683	88.336
Receitas Financeiras.....	9	267.683	88.336
Resultado Operacional		253.547	85.424
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro		253.547	85.424
Imposto de Renda e Contribuição Social	13a	(84.635)	(28.355)
Lucro Líquido do Exercício		168.912	57.070
Número de ações.....		430.311.119	430.311.119
Lucro líquido básico por lote de mil ações em R\$.....		392,53	132,62

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em milhares de reais						
Eventos	Capital Social	Reservas de Lucros		Ajuste de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Totais
		Legal	Estatutária			
Total de disponibilidades em 31 de dezembro de 2020	1.028.459	78.547	821.224	(5.405)	-	1.922.827
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	4.537	-	4.537
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	57.070	57.070
Destinações: - Reservas	-	2.854	53.674	-	(56.528)	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	-	(542)	(542)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.028.459	81.401	874.898	(866)	-	1.983.892
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	3.208	-	3.208
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	168.912	168.912
Destinações: - Reservas.....	-	8.446	158.861	-	(167.307)	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	-	(1.605)	(1.605)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.028.459	89.847	1.033.759	2.342	-	2.154.407

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO - Em milhares de reais			
	2022	2021	
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	253.547	85.424	
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos	(163)	(1.070)	
Juros, Variações Monetárias Líquidas	-	(949)	
Provisão para Perda por Redução ao Valor Recuperável de Recebíveis.....	(168)	(663)	
Descontos Concedidos em Renegociações de Crédito	72	542	
Reversão de Provisões	(67)	-	
Lucro Líquido Ajustado	253.384	84.354	
(Aumento)/Redução em Ativos Financeiros ao Valor por meio de Outros Resultados Abrangentes	(235.230)	(75.809)	
(Aumento)/Redução em Outros Ativos.....	(4.467)	(1.538)	
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações.....	1.269	885	
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(41.520)	(15.172)	
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades Operacionais	(26.564)	(7.280)	
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:			
Dividendos Pagos	(542)	(329)	
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades de Financiamentos	(542)	(329)	
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	(27.106)	(7.609)	
Início do Exercício	288.246	295.855	
Fim do Exercício	261.140	288.246	
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	(27.106)	(7.609)	

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Em milhares de reais			
	2022	2021	
Lucro Líquido do Exercício	168.912	57.070	
Outros Resultados Abrangentes	3.208	4.537	
Ajuste de Avaliação Patrimonial	3.208	4.537	
Total do Resultado Abrangente do Exercício	172.120	61.607	

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Em milhares de reais

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Rubi ("Sociedade") é uma Sociedade que tem por objetivo exclusivo a aquisição de créditos oriundos de operações de empréstimos, de financiamentos e de arrendamento mercantil. A Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Rubi é parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e suas demonstrações financeiras devem ser analisadas neste contexto.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 21 de março de 2023.

2) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras da Sociedade, foram elaboradas de forma consistente entre os exercícios, e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2022. A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão.

2.1) Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a mensuração dos ativos ao seu valor justo, quando aplicável.

2.2) Moeda Funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Sociedade.

2.3) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são utilizados para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Assim sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional e fundos de investimentos, e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, uma vez que são prontamente conversíveis em dinheiro.

2.4) Ativos Financeiros

O CPC 48 classifica os ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA - Patrimônio Líquido); e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR).

Mensurados ao custo amortizado

O ativo financeiro foi mantido dentro do modelo de negócios, cujo propósito seja o de receber os seus fluxos de caixa contratuais e os seus termos contratuais serem originados, exclusivamente, a pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR)

Os ativos financeiros mensurados a VJR são registrados e inicialmente avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações subsequentes do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado.

São ativos mantidos pela Sociedade com o propósito de negociá-los no curto prazo ou mantê-los como parte de uma carteira administrada em conjunto para obtenção de lucro no curto prazo ou para tomada de posições, ou eventualmente, aqueles ativos que não atendem ao teste SPPI (Solely Payment of Principal and Interest). Os instrumentos financeiros derivativos, também, são categorizados como VJR.

Teste SPPI: O objetivo deste teste é avaliar os termos contratuais dos instrumentos financeiros para determinar se dão origem a fluxos de caixa em datas específicas que se enquadram como somente pagamento de principal e juros sobre o montante principal.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos e avaliados pelo valor justo no balanço e, os custos de transação são registrados diretamente no resultado do período.

Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

São reconhecidos inicialmente a valor justo, mais os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou a sua emissão e são mensurados, subsequentemente, a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos em Outros resultados abrangentes, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável e dos ganhos e perdas cambiais de conversão, até que o ativo financeiro deixe de ser reconhecido. As perdas de crédito esperadas são registradas na demonstração do resultado em contrapartida a Outros resultados abrangentes, não tendo impacto no valor contábil bruto do ativo.

2.5) Determinação do valor justo

O valor justo dos ativos financeiros é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definições de preços, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.

As aplicações em fundos de investimentos financeiros são avaliadas com base no valor da cota divulgada pelo Administrador do fundo investidor, que reflete o valor de mercado dos investimentos que compõem a carteira do respectivo fundo.

2.6) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros e não financeiros (Impairment)

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor recuperável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável (impairment) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

2.7) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - Fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também, das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, sendo:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
- Obrigações Legais: Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

2.8) Patrimônio líquido

a) Lucro por ação

A Sociedade apresenta dados de lucro por ação básico. O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas da Sociedade pela média ponderada das ações ordinárias durante o ano, excluindo a quantidade média das ações ordinárias adquiridas pela Sociedade e mantidas em tesouraria.

b) Dividendos a pagar

A distribuição de dividendos para os acionistas da Sociedade é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto da Sociedade.

2.9) Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades da Sociedade.

A Sociedade reconhece a receita quando o seu valor puder ser mensurado com segurança, for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Sociedade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Sociedade.

a) Rendas de recuperação de créditos

As receitas oriundas de recuperação de crédito são reconhecidas no resultado da Sociedade de acordo com a efetiva recuperação das operações de empréstimos e adiantamentos que foram baixadas para prejuízo.

b) Receitas Financeiras

As receitas financeiras abrangem rendas sobre fundos de investimentos financeiros e demais ativos financeiros. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

2.10) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias, são registrados na rubrica "Créditos Tributários".

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A provisão para contribuição social é calculada sobre o lucro antes do imposto de renda, considerando a alíquota de 9%.

A despesa com imposto de renda é constituída do imposto corrente resultante da aplicação da alíquota adequada ao lucro real do exercício (líquido de quaisquer ajustes previstos para fins fiscais) e do imposto diferido proveniente de ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos na demonstração do resultado.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

2.11) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base pro rata dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base pro rata dia).

3) GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Sociedade é parte integrante da Organização Bradesco, sendo que seu gerenciamento de risco é realizado por área técnica especializada da Organização, de maneira corporativa e centralizada, sendo um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.

4) USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

Nas demonstrações financeiras foram utilizadas algumas estimativas e julgamentos elaborados a fim de quantificar determinados ativos e passivos. Tais estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se em experiência histórica e diversos outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis nas circunstâncias atuais.

Determinados ativos estão sujeitos à revisão de perda ao valor recuperável (impairment). As despesas com perda ao valor recuperável são registradas quando existem evidências claras de perda ao valor recuperável, ou de não-recuperabilidade do custo dos ativos. A avaliação do que constitui perda ao valor recuperável é uma matéria que requer um nível significativo de julgamento.

5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2022	2021
Disponibilidades em moeda nacional (1)	-	380
Total de disponibilidades (caixa)	89.847	380
Fundos de investimentos (2)	261.140	287.866
Total de caixa e equivalentes de caixa	261.140	288.246

(1) Refere-se a depósito bancário à vista; e

(2) Esta aplicação financeira foi avaliada pela Administração à luz do CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa e foi considerada como equivalente de caixa em função da sua essência que é o gerenciamento do caixa. Conforme consta na Nota 2.3, os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros propósitos.

6) ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES

	Em 31 de dezembro		
	2022	2021	
Títulos			
Letras financeiras (1)	-	1.955.513	1.955.513
Total em 2022	-	1.955.513	1.955.513
Total em 2021	1.715.423	-	1.715.423

(1) Refere-se às Letras Financeiras emitidas pelo Banco Bradesco S.A., à taxa de 100% do DI, com vencimento em 01/02/2027; e

(2) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.

7) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em ações

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Em 31 de dezembro	
	2022	2021
Ordinárias.....	430.311.119	430.311.119
Total	430.311.119	430.311.119

b) Reservas de lucros

	2022	2021
Reservas de lucros	1.123.606	956.299
- Reserva legal (1).....	89.847	81.401

...continuação

Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Rubi

CNPJ 01.222.069/0001-22
Núcleo Cidade de Deus, Prédio Prata, 4º Andar, Vila Yara, Osasco, SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Em milhares de reais

b) Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2022	2021
Impostos correntes:		
Imposto de renda e contribuição social devidos	(84.612)	(28.063)
Impostos diferidos:		
Constituição/realização no exercício sobre diferenças temporárias.....	(23)	(292)
Total dos impostos diferidos	(23)	(292)
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(84.635)	(28.355)

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Exercícios findos em 31 de dezembro			
	2021	Constituição	Realização/ Baixa	2022
Outras provisões.....	23	-	(23)	-
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	23	-	(23)	-
Ajuste a valor de mercado dos ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.....	446	-	(446)	-
Total dos créditos tributários	469	-	(469)	-

d) Impostos e contribuições a recolher

Os impostos e contribuições a recolher, no montante de R\$ 59.434 (2021 - R\$ 20.504) referem-se, ao PIS de R\$ 176 (2021 - R\$ 104), Cofins de R\$ 1.081 (2021 - R\$ 640), Imposto de Renda de R\$ 56.889 (2021 - R\$ 18.708) e Contribuição Social de R\$ 1.288 (2021 - R\$ 1.052).

14) OUTRAS OBRIGAÇÕES

	Em 31 de dezembro	
	2022	2021
Editais e publicações.....	-	67
Total	-	67

15) OUTRAS INFORMAÇÕES

- a) A Sociedade não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021;
- b) Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não há processos com riscos cíveis e trabalhistas avaliados como perda possíveis ou prováveis; e
- c) Em 31 de dezembro de 2022 não há processos com riscos fiscais avaliados como perdas possíveis ou prováveis. Em 31 de dezembro de 2021 houve atualização dos processos fiscais da Sociedade com perspectiva de perda possível. Neste contexto esses processos não necessitavam de reconhecimento na contabilidade, e montava na data base R\$ 8.076. Tratava-se de auto de infração lavrado pela Receita Federal sobre cobrança de IRPJ e CSLL por compensação indevida, pela inobservância do limite de 30% do lucro líquido ano calendário 2004. O processo foi encerrado no decorrer de 2022.

16) EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 8 de fevereiro de 2023, o plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) concluiu o julgamento relativo às decisões posteriores sobre a chamada "coisa julgada". Aguarda-se a publicação desse acórdão do STF e a referida decisão ainda pode ser objeto de recurso. A Sociedade iniciou suas análises e até o momento avaliou que a referida decisão não gera impactos significativos nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022.

A DIRETORIA

Marco Antonio Cunha de Santana
Contador - CRC 1SP200234/O-9

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e aos Diretores da

Cia Securitizadora de Créditos Financeiros Rubi

Osasco - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cia. Securitizadora de Créditos Financeiros Rubi ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Cia. Securitizadora de Créditos Financeiros Rubi ("Sociedade") em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores independentes

A administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 21 de março de 2023.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027685/O-0F

Guilherme Zuppo Ventura Diaz
Contador CRC 1SP294326/O-3



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/FBE9-5784-5A5E-3353> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: FBE9-5784-5A5E-3353



Hash do Documento

53CD99BE4DF85967CAFEDDD30B4C9622CBDB8BB3E2D4CD127E167B4F72346FA2

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 21/03/2023 é(são) :

- Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 21/03/2023 05:09 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS, LIVROS, REVISTAS LTDA - 64.186.877/0001-00

